FERNANDA CASTRO SOUZA FERNANDES DE OLIVEIRA

**Violência contra a mulher e acesso à justiça:
Direitos Humanos, Lei Maria da Penha e os Crimes de Ameaça**

Tese de Doutorado

Orientadora: Professora Dra. Flávia Inês Schilling

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

FERNANDA CASTRO SOUZA FERNANDES DE OLIVEIRA

**Violência contra a mulher e acesso à justiça:
Direitos Humanos, Lei Maria da Penha e os Crimes de Ameaça**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor(a) em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação da Professora Dra. Flávia Inês Schilling.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Oliveira, Fernanda Castro Souza Fernandes de
Violência contra a mulher e Acesso à Justiça: Direitos Humanos, Lei
Maria da Penha e os Crimes de Ameaça / Fernanda Castro Souza
Fernandes de Oliveira ; orientadora Flávia Inês Schilling -- São Paulo,
2017.
175

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direitos
Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Lei Maria da Penha. 2. Teorias Jurídicas Feministas. 3. Direito e
Relações de Gênero. 4. Direitos Humanos. 5. Acesso à Justiça. I.
Schilling, Flávia Inês, orient. II. Título.

FERNANDA CASTRO SOUZA FERNANDES DE OLIVEIRA

Violência contra a mulher e acesso à justiça:

Direitos Humanos, Lei Maria da Penha e os Crimes de Ameaça

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Em regra, os agradecimentos são o último texto a ser escrito na jornada da produção de uma tese de doutorado, quando na verdade deveriam ser escritos cotidianamente, ao longo desse caminho que parece solitário, mas que está cercado de apoio, carinho, incentivo e cuidado. Sou grata a muita gente, gente que faz parte da minha vida desde sempre, gente que chegou há algum tempo, gente que chegou no meio dessa pesquisa. Gente que enche a vida de sentido e me faz sentir realmente afortunada. A todas essas pessoas, meu muito obrigada, meu abraço apertado e a certeza de minha amizade, essa tão bonita forma de amor.

Flávia Schilling, que me inspira com seu brilho nos olhos, que acreditou que esse trabalho seria possível e para quem me faltam palavras de gratidão e amor. Talvez venha de Flávia esse encanto pelas palavras que tanto me alimenta.

Sou muito grata à Wânia Pasinato e Eduardo Bittar pela leitura cuidadosa de meu trabalho de qualificação, fundamentais para a posterior condução da pesquisa. Agradeço as minhas interlocutoras, entrevistadas para este trabalho de pesquisa, cujos nomes não citarei, mas que desejo sintam-se abraçadas.

Minha mãe Mara, que sempre me deixou voar, transmitindo-me a segurança do ninho. Meu pai Mauro, que me ensinou que é preciso escutar o nosso coração e que rir sempre é melhor. Meu irmão João, que lá no meio dessa pesquisa me disse que eu estava estudando pouco! Luciana, minha cunhada, que me deixa ser a tia Dadá de suas adoráveis crianças. Michael Man, esse sobrinho lindo e curioso, cheio de ideias e palavras novas, que acha graça de a sua tia ainda estar na escola. Bibi, minha pipoquinha que está virando gente. Obrigada por respeitarem e apoiarem essa minha mania de gostar de estudar.

Silvia Pellegrino, por sua presença constante, seus cuidados, seu carinho, seu acolhimento e pelos bichinhos emprestados. Caroline Freitas, com quem fiz o meu primeiro trabalho escolar sobre direitos das mulheres, que me acolheu em sua casa quando comecei este doutorado e me levou de volta para festejar quando o trabalho de escrita terminou. Fábria Carvalho de Oliveira, pelas tardes de biblioteca, pelas noites de baile, por esse encontro tão importante. Carolina Marinho, pela delicadeza e pela ética que alicerçam nossa relação e por aguentar minhas teimosias e exageros desde outros carnavais. Carolina Pudenzi, pela nova antiga amizade e por acolher meu coração caipira cotidianamente. Akemi Kamimura, que me presenteou com um daruma quando essa pesquisa começou e

que logo estará com os dois olhinhos pintados. Juliana Brandão, pelo nosso doce reencontro em meio a tantas tormentas. Laura Falconi, minha vizi tão querida, cuja amizade tão bonita está a apenas um lance de escadas. Daniela Antoniassi e nosso sonho de filmar o mundo com lentes de purpurina. Júlia Neiva, por não perder a doçura e a esperança. Carol Ribeiro, que traz bom humor e malemolência às nossas conversas feministas. Ana Galati, pelo sonho compartilhado de voar-passarinho. Mariana Garcia, pelo melhor abraço do mundo. Mariângela Graciano, que mora lá nos alicerces do meu coração e que me alimenta com senso de justiça e indignação. Amanda Azevedo, de quem as saudades às vezes misturam choro e risada na fila do cinema. Marcelo Nastari, pelos trocadilhos. Susana Amaral Silveira, xuxu, dona da risada mais doce e generosa. Gabriel Ramos e o seu “Fala, Fezoca”. Leandro Guevara e Sergio Casoetto, pela nossa amizade sem fronteiras, por tornarem Buenos Aires um pouco caipira e deixarem Taubaté um pouco portenha. Biancha Angelucci, que me acolheu como aluna e me fez amiga. Gilberto Toscano, quem disse que amor de Carnaval não dura? Fernanda Chan, que me ajudou a me localizar no mapa da cidade de São Paulo. Letícia Biill, por ser essa amiga adorável, por quem tenho tanta admiração. Daniela Nachif e Tutu, as hóspedes mais lindas e luminosas de Santa Cecília de Copacabana. Aline Yamamoto, minha querida Lucy Liu. Milton Santos, pelo apoio ímpar na reta final deste trabalho. Maíra Mansur, minha irmãzinha carioca. Marcelo Pinho, pela ajuda amiga quando a situação não estava nada fácil. Simone Freitas, por me acolher em sua casa desde quando eu ainda era quase uma adolescente. Ekaterine Karageorgiadis, minha pequena grega que já não é mais pequena. Aline Alves, minha “cumadi” desde criancinha. Aos queridos e queridas tropicalistas Bia Salles, Carol Ranzani, Lu Villares, Gu Bambini, Pedro Neves, Mário Vilhena, Flora e Bento, com quem tenho o prazer de celebrar a vida. Aos queridos gringos contra o golpe, Beck Tarlau e Manuel Rosado. Carter Koppelman, meu feminista preferido. Isabela Rainha, minha bela amiga que me alegra a cada encontro. Luciana Duccini e seu inesquecível jeito lindo de dançar. Mariana Bueno e nuestro amor por la música. Camila Perruso, minha flor que virou fleur. Daniel Paranhos, que faz desenhos para a gente ver o mundo mais bonito. Amelinha Teles, Crimeia Almeida, Rute Alonso, Marília Kayano, Ticiane Figueiredo e Fernanda Matsuda, minhas amigas e companheiras da União de Mulheres de São Paulo. Gabriela Sales, Allison Max, Fred Diehl, Denise Vaz, Denise Banci, Érika Campos e Cristina Jabardo, queridas e queridos da turma 171 deste Largo São Francisco. Adriana Watanabe e Renata Brandstatter, com quem aprendi tantas coisas sobre o mundo da escola.

Sônia Drigo, Kenarik Boujikian e às companheiras do Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas. Alessandra Teixeira e Natalia Lago, pela leitura cuidadosa e carinhosa de meu trabalho quando ele ainda era um projeto de pesquisa. Gabriela Grankow e Daniele Kowalewski, que alegria toda simpatia fosse à primeira vista. Dudu, Lu Pudenzi, Nicolás, João, Chen, Luíza, Raquel, Paty e Fábio, a ‘turma do kung fu’, foi bom demais encontrar vocês neste caminho. Odete Menezes, Tiago, Fernandes, Vanessa Machado, Isabela Oliveira e Vanessa Machado e demais colegas da Vocação, com quem tenho o prazer de trabalhar. Rita Quadros, Ana Paula Vencato, Drika Souza, Maria Lúcia Silveira e Ana Lúcia Cavalcanti, da extinta Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres do Município de São Paulo. Marcelo Bernardo, pelo apoio quando esse doutorado ainda era só uma ideia. Meu tio Fábio Fernandes, que me deixou na lembrança uma das melhores gargalhadas e que me ajudou a entender o que é amor de tio, quando Miguel e Beatriz chegaram. Dodô, meu cãozinho que quase fala e que sente ciúmes do computador.

Viva(m) as mulheres.

RESUMO

OLIVEIRA, Fernanda Castro Souza Fernandes de. **Violência contra a mulher e acesso à justiça**: Direitos Humanos, Lei Maria da Penha e os Crimes de Ameaça. 2017. 175 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O objetivo da tese foi construir uma análise sobre acesso à justiça, direitos humanos das mulheres, Lei Maria da Penha e crimes de ameaça praticados no contexto de violência doméstica e familiar. A metodologia do cuidado pautou a interlocução e relação com as mulheres entrevistadas, tanto as profissionais da rede quanto a mulher em situação de violência atendida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Foi realizado levantamento das ações penais de ameaça nos sete Juizados de Violência Doméstica e Familiar da cidade de São Paulo. A pesquisa buscou compreender o fenômeno da violência contra as mulheres dentro de uma perspectiva mais ampla e global, partindo da compreensão do fenômeno da violência em si e sua relação quando empreendida em contexto de relações de gênero. Entende-se a violência como fenômeno polissêmico, interpretado a partir de seus contextos sociais e das regulações normativas que uma sociedade ou grupo estabelece como permitido ou proibido. Problematisa-se de que forma essas autorizações ou proibições estão marcadas por desigualdades sociais de gênero, relações de poder que contêm a força e as possibilidades de resistência. A Lei Maria da Penha é retomada a partir do contexto das lutas feministas tanto internacional quanto nacionalmente e apresentada como um sistema de garantia de direitos extrapolando o discurso punitivista. Refletindo sobre o direito, busca-se relacionar o direito às teorias de gênero propondo uma reflexão sobre sua desneutralização, construindo-se o argumento de que o direito e suas instituições são espaços herméticos, de especialistas, de difícil acesso, permeado por personagens que, descolados de suas condições sociais, em virtude da tradição dogmática jurídica, são chamados a atuar em um campo até então tido como de domínio privado. Aponta-se a necessidade de uma mudança da lente de como se enxerga o tema, a partir de uma perspectiva de gênero em diálogo com questões de raça, etnia, classe social, entre outros marcadores sociais. Por fim, apresenta-se as discussões sobre violência psicológica e sua interface com o direito. De que forma a Lei Maria da Penha definiu este tipo de violência e quais as respostas que o Poder Judiciário encontra para lidar com as demandas jurídicas das mulheres capituladas como ameaça. Realiza-se uma breve reflexão sobre feminicídio e sua relação com o fenômeno da violência psicológica contra as mulheres em contexto de relações íntimas de afeto. Relaciona-se a dicotomia entre público e privado como matriz de constituição do processo penal, bem como busca-se refletir sobre o lugar da vítima neste contexto em que a mulher é a própria testemunha do processo.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Direitos Humanos. Crimes de Ameaça. Teorias jurídicas feministas. Acesso à justiça. Direito e relações de gênero.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Fernanda Castro Souza Fernandes de. **Violence against women and access to justice: Human Rights, Maria da Penha Law and Threat Crimes.** 2017. 175 f. Thesis (Doctorate) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The purpose of the essay was to develop a review of the access to justice, human rights of women, the Maria da Penha Law and threat crimes made in the context of domestic and family violence. The methodology of care guided the dialogue and the relation with the interviewed women, both network professionals and women facing violence and helped by the Office of the State Public Defender of the State of São Paulo. A survey was carried out in the 7 Domestic and Family Violence Courts of the City of São Paulo. This research tried to understand the issue of violence against women from a broader and global point of view, starting with the phenomenon of violence itself and its relation when it takes place in the context of gender relations. Violence is understood as a polysemic concept, construed from its social contexts and the norms that a society or a group sets forth as being allowed or forbidden. We discuss how these authorizations and prohibitions are marked by social inequalities of gender, power relations based on force and the possibilities of resistance. The Maria da Penha Law is examined again from the point of view of the feminist struggle, both the international and the domestic one and is presented as a system to guarantee rights that goes beyond the punitive speech. Reflecting about the Law, we seek to relate it to the gender theory and propose to consider its deneutralization, with the argument that the Law and its institutions are hermetic spaces, of specialists, hard to access, permeated by people who, detached from their social conditions, because of the legal dogmatic tradition, are called to act in a field up to now considered a private sphere. We point to the need to change how we see the issue, from a gender perspective that relates with issues of race, ethnicity, social class and other social markers. Finally we bring up the discussions about psychological violence and its interface with the Law. How the Maria da Penha Law has defined this type of violence and which are the answers that the Judiciary finds to deal with the legal claims of women identified as a threat. A short reflection on femicide and its relation with the psychological violence against women in the context of intimate affection relations. The public-private dichotomy is discussed as a matrix of the criminal procedure, and we seek to consider the place of the victim in this context in which the woman is herself witness for the procedure.

Keywords: Maria da Penha Law. Human Rights. Threat Crimes. Feminist legal theories. Access to justice. The law and the gender relations.

RESUMEN

OLIVEIRA, Fernanda Castro Souza Fernandes de. **Violencia contra las mujeres y acceso a la justicia**: Derechos Humanos, Ley Maria da Penha y Crímenes de Amenaza. 2017. 175 f. Tesis (Doctorado) – Facultad de Derecho, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2017.

El objetivo de la tesis fue construir un análisis sobre el acceso a la justicia, derechos humanos de las mujeres, ley María da Penha y crímenes de amenaza practicados en el contexto de violencia doméstica y familiar. La metodología del cuidado pautó la interlocución y relación con las mujeres entrevistadas, tanto las profesionales de la red como la mujer en situación de violencia atendida por la Defensoría Pública del Estado de San Pablo. Fue realizado un levantamiento de las acciones penales de amenaza en los siete juzgados de violencia doméstica y familiar de la ciudad de San Pablo. La investigación trató de entender el fenómeno de la violencia contra las mujeres dentro de una perspectiva más amplia y global, partiendo de la comprensión del fenómeno de la violencia en sí y su relación cuando ocurre en un contexto de relaciones de género. Se entiende la violencia como fenómeno polisémico, interpretado a partir de sus contextos sociales y de los reglamentos normativos que una sociedad o grupo establece como permitido o prohibido. Se problematiza de qué forma esas autorizaciones o prohibiciones están marcadas por desigualdades sociales de género, relaciones de poder que tiene la fuerza y las posibilidades de resistencia. La Ley María da Penha es retomada a partir del contexto de las luchas feministas, tanto en el plano internacional como en el nacional y es presentada como un sistema de garantía de derechos que extrapola el discurso punitivista. Reflexionando sobre el derecho, se trata de relacionarlo a las teorías de género, proponiendo una reflexión sobre su desneutralización, construyéndose el argumento de que el derecho y sus instituciones son espacios herméticos, de especialistas, de difícil acceso, permeado por personajes que, despegados de sus condiciones sociales, en virtud de la tradición dogmática jurídica, son llamados a actuar en un campo hasta entonces considerado como de dominio privado. Se señala la necesidad de un cambio de modo de ver el tema, a partir de una perspectiva de género en diálogo con cuestiones de raza, etnia, clase social y otros marcadores sociales. Finalmente se presentan las discusiones sobre la violencia psicológica y su interfaz con el derecho. De qué forma la Ley María da Penha definió este tipo de violencia y cuáles son las respuestas que el Poder Judicial encuentra para tratar con las demandas jurídicas de las mujeres caracterizadas como amenaza. Se realiza una breve reflexión sobre el feminicidio y su relación con el fenómeno de la violencia psicológica contra las mujeres en el contexto de relaciones íntimas de afecto. Se relaciona la dicotomía entre público y privado como matriz de constitución de proceso penal, así como se trata de reflexionar sobre el lugar de la víctima en este contexto en que la mujer es ella misma testigo en el proceso.

Palabras clave: Ley María da Penha. Derechos Humanos. Crímenes de Amenaza. Teorías jurídicas feministas. Acceso a la justicia. Derecho y relaciones de género.

LISTA DE QUADROS E FIGURA

Quadro 1 – Juizados de Violência Doméstica e Familiar na Cidade de São Paulo.....	26
Quadro 2 – Crimes de ameaça e total de casos julgados no JVDF – Leste II	152
Quadro 3 – Crimes de ameaça e total de casos julgados no JVDF – Sul II.....	152
Quadro 4 – Total de casos julgados no JVDF – Central.....	152
Quadro 5 – Total de casos julgados no JVDF – Norte	153
Quadro 6 – Total de casos julgados no JVDF – Leste I	153
Quadro 7 – Total de casos julgados no JVDF – Sul I.....	153
Quadro 8 – Total de casos julgados no JVDF – Oeste	153
Quadro 9 – Registros de boletins de ocorrência para crime de ameaça.....	154
 Figura 1 – Localização dos Juizados no território da cidade de São Paulo	 27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Breve apresentação dos capítulos.....	14
CAPÍTULO 1 – O RELATO DA PESQUISA DE CAMPO E AS PREMISSAS METODOLÓGICAS DESTA TESE	18
1.1 A pesquisa como caminho e como escolha.....	18
1.2 A pesquisa: aquilo que acontece enquanto fazemos planos. Os planos	21
1.3 A pesquisa: aquilo que acontece enquanto fazemos planos. A vida real	25
CAPÍTULO 2 – UMA TENTATIVA DE ENTENDER O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	33
2.1 Da polissemia à sua inscrição no corpo das mulheres	34
2.2 A violência contra as mulheres, relações de poder e as possibilidades de resistência	44
CAPÍTULO 3 – “11.340 ESSA É A LEI MARIA DA PENHA”: CONTEXTO E HISTÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA LEI.....	54
3.1 Uma lei de proteção construída na perspectiva dos direitos humanos das mulheres	55
3.2 A Lei Maria da Penha como um programa de garantia de direitos	62
3.3 Lei Maria da Penha vai ao STF: uma breve análise sobre resistências em entender a violência contra a mulher a partir de uma perspectiva de gênero	71
CAPÍTULO 4 – UMA ANÁLISE PARA A DESNEUTRALIZAÇÃO DO DIREITO: UM DIÁLOGO COM OS ESTUDOS DE GÊNERO	81
4.1 O direito em sua interface com a justiça.....	82
4.2 Estudos e teorias jurídico-feministas: uma foto panorâmica	102
CAPÍTULO 5 – OS DESAFIOS DE GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE AMEAÇA	118
5.1 Ameaças levadas a sério como política de enfrentamento aos feminicídios	120
5.2 Violência psicológica: polissemia e estrutura das relações de gênero.....	122
5.3 Quando a violência psicológica sob a alcunha de ameaça encontra o sistema de justiça.....	128
5.4 Medidas protetivas como possibilidade de proteção de mulheres em situação de ameaça: impasses e criatividade jurídicas.....	140

5.5 Justiça compartimentada: a especialização como entrave para a garantia dos direitos das mulheres.....	148
5.6 Os dados esperados e os dados conseguidos: a experiência de buscar informações nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar	151
5.7 Uma primeira conclusão: violência doméstica contra mulheres em situação de ameaça, uma anormalidade na rotina da justiça	158
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS.....	163

INTRODUÇÃO

Ler pelo não

Ler pelo não, quem dera!
 Em cada ausência, sentir o cheiro forte
 do corpo que se foi,
 a coisa que se espera.
 Ler pelo não, além da letra,
 ver, em cada rima vera, a prima pedra,
 onde a forma perdida
 procura seus etcéteras.
 Desler, tresler, contraler,
 enlear-se nos ritmos da matéria,
 no fora, ver o dentro e no dentro, o fora,
 navegar em direção às Índias
 e descobrir a América.
Paulo Leminski

Esta introdução, escrita em meados de março de 2016, pretende-se verdadeira. Entre leituras, escritas rascunhadas, afastamentos, aproximações, alegrias e dúvidas (muitas), ela, de fato, pretende introduzir este trabalho de pesquisa. Não será escrita ao final, após as conclusões. Obviamente, a ela voltarei para contar o que foi feito nesse trajeto e o que cada capítulo deste trabalho, ainda em construção (e sempre inacabado), busca abordar.

No entanto, de antemão, é necessário registrar o que se almeja aqui, ainda que, ao final, possa parecer uma exposição pretenciosa, equivocada ou até mesmo desnecessária, considerando as regras escritas e costumeiras do universo acadêmico. Não se trata de expor um processo criativo como bem fazem os artistas. Talvez aqui também se produza alguma beleza ou algo que toque quem se prestar a lê-lo (assim espero), mas este “processo criativo” tem lá suas amarras e não está assim tão livre para passear entre notas musicais, letras, imagens, telas ou tintas. Estamos na seara deste “[...] estranho ofício das palavras e das ideias [...]” (LARROSA, 2004, p. 28).

Há um rigor científico a seguir, formas de olhar, escutar, descrever, compreender. Há um método, enfim. Dominá-lo minimamente coloca-nos na categoria de cientistas, situa-nos entre pares e diferencia-nos. Há um método que não nos descola do tempo presente e que nos confronta diante de parâmetros éticos. Não se escreve e não se pesquisa sem estar imbricada a todo momento nessa teia que conjuga passado, prática política,

desejo de mudança e presente. Estudar e pesquisar a violência contra as mulheres coloca-me nesta posição e é a partir desse lugar que tentarei construir esse texto. Estou ciente de antemão que este trabalho não será completo. Nem tenho tal pretensão. Gostaria apenas que ele pudesse ser uma contribuição, dentre tantos outros trabalhos, pesquisas e experiências tanto públicas quanto não governamentais, para a reflexão de caminhos possíveis para garantir o direito humano das mulheres a viverem uma vida segura, livre e sem violência.

Apoiando-me na proposta de construir um ensaio e, com isso, ensaiar-me (LARROSA, 2004)¹, busco fazer deste trabalho um diálogo entre os lidos, os escritos, os vividos. Entre a rigidez da construção científica e a vida experimentada ao longo deste processo, construir algo que possa “[...] ser tomado como uma linguagem da experiência, como uma linguagem que modula de um modo particular a relação entre experiência e pensamento, entre experiência e subjetividade, e entre experiência e pluralidade” (LARROSA, 2004, p. 31). E, nesse processo, aprender a criar distância, olhar o presente de fora, estranhá-lo, construí-lo como problema, percebendo “[...] quão artificial, arbitrário e produzido é o que nos parece dado, necessário ou natural, de mostrar a estranheza daquilo que nos é mais familiar, a distância do que nos é mais próximo” (LARROSA, 2004, p. 34).

Aqui está, para mim, o maior desafio de estudar a violência contra as mulheres. O tempo todo buscando não cair na armadilha de um pensamento linear e retrospectivo baseado no discurso de que as mulheres sempre foram violentadas. Sempre? Mas de que forma, em que condições, quais os contextos, quais suas possibilidades de lutar frente a isso? E ao lutar pelo fim da violência, como evitar um futuro projetável se a perspectiva dos direitos humanos é exatamente um vir a ser? Como problematizar o tempo presente, dentro do recorte tão pequenino deste trabalho, de forma que sua contribuição (se houver) seja sobre nossas práticas e olhares atuais sobre o tema da violência contra as mulheres, no que elas carregam do construído no passado e de que forma se projetam no futuro. É localizar-se no desconfortável lugar de duvidar-se (de si e do presente) constantemente.

Foucault ressalta, como método, a importância de um ceticismo que seja capaz de rejeitar os universais antropológicos. É preciso investigar a constituição histórica.² Aponta

---

¹ “No meio disso tudo, estava buscando a mim mesmo, pensando em quem eu era e no que eu queria fazer comigo mesmo. Estava começando a ensaiar e a ensaiar-me.” (LARROSA, 2004, p. 31).

² “[...] debemos descender al estudio de las practicas concretas a traves de las cuales el sujeto se constituye dentro de un campo de conocimiento” (FOUCAULT, 2006, p. 237). “[...] devemos descer ao estudo das práticas concretas através das quais o sujeito se constitui dentro de um campo de conhecimento” (tradução minha).

a importância de adotar como princípio metodológico o estudo de um campo e a relação de sujeito e objeto a partir das práticas, por exemplo, ao se questionar de que forma construímos o louco, o doente ou o delinquente. Nessa linha, de que forma construímos a ideia de mulher vítima de violência? Como ela está presente nos discursos que vemos nas notícias, nos jornais, nas telenovelas, nas falas de operadores(as) do direito, de governantes, gestores(as) públicos(as), servidores(as) públicos(as), de militantes feministas. Isso parece trazer a relevância em se estudar as relações de poder, aqui entendidas como processos e técnicas que conduzem condutas e produzem indivíduos. Seria a mulher vítima de violência uma categoria constituída nesse processo? Se assim entendida, como fazer a crítica? Nestas reflexões, também inspirando-me em Foucault (2000), tentarei escapar ao olhar de fora, mas também não o farei por dentro. Deslocando-me do presente, ao mesmo tempo em que nele estou constituída, tentarei situar-me nas fronteiras. De antemão, assumo a dificuldade.

Breve apresentação dos capítulos

No primeiro capítulo, apresento um relato da trajetória de pesquisa de campo, seus impasses e suas conquistas. Relato os desafios enfrentados para realizar pesquisa de campo nas instituições da justiça, as dificuldades de acesso aos dados, o segredo de justiça dos processos que envolvem violência doméstica e familiar contra as mulheres. Apresento a metodologia do cuidado como prática de atuação na interlocução e relação com as mulheres entrevistadas.

No segundo capítulo apresento um diálogo e uma tentativa de entender o fenômeno da violência contra as mulheres dentro de uma perspectiva mais ampla e global, partindo da compreensão do fenômeno da violência em si e sua relação quando empreendida em contexto de relações de gênero. Analiso a violência como fenômeno polissêmico, a ser interpretada a partir de seus contextos sociais e a partir das regulações normativas que uma sociedade ou grupo estabelece como permitido ou proibido, de que forma essas autorizações ou proibições estão marcadas por desigualdades sociais de gênero, marcadas por relações de poder, que contêm a força e as possibilidades de resistência. Para tanto, encontro algumas respostas em Yves Michaud (1989), Marilena Chauí (2003), Michel Foucault (1995, 2007), Hannah Arendt (1994), Amy Allen (2015), Elena Larrauri (2007), Flávia Schilling (1991, 2002, 2010), Carol Gilligan (1982) e Rita Segato (2003, 2014).

No terceiro capítulo, busco traçar um histórico do contexto sócio-jurídico, tanto internacional quanto nacional, que culminou na promulgação da Lei Maria da Penha. São apresentadas breves considerações sobre a entrada das discussões sobre igualdade formal e material no âmbito dos organismos e conferências internacionais, transparecendo, paulatinamente, as especificidades dos sujeitos titulares de direitos humanos – no caso, as mulheres. Paralelamente, trago alguns aportes sobre a história interna de luta dos movimentos feministas e de mulheres por medidas legislativas de igualdade, pós-Constituição de 1988.

Após, mostro quais as conquistas trazidas pela Lei Maria de Penha, sua visão multidisciplinar e contextualizada ao tratar da violência doméstica e familiar contra a mulher, as reflexões que a lei proporciona para o campo da criminologia feminista, os desafios de sua implementação, um panorama da estrutura dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar no Brasil e as dificuldades de enfrentar a violência considerando o conceito de rota crítica.

Com o objetivo de iniciar uma reflexão sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, apresento, a partir dos discursos dos ministros do Supremo Tribunal Federal no julgamento das ações constitucionais ADC nº 19 e ADI nº 4.424, de que maneira a Lei Maria da Penha é vista como um instrumento de garantia dos direitos humanos das mulheres e de que forma os ministros posicionaram seus argumentos para conferir, de acordo com suas visões e interpretações, uma maior proteção jurídica às mulheres. O foco é a percepção que se tem da(s) mulher(es) vítima(s) de violência e que argumentos embasam sua proteção, especialmente no que toca a supressão do instituto da representação nos casos de crime de lesão corporal de natureza leve. Ao suprimir a iniciativa da mulher para dar início à persecução penal, teria o STF ferido a autonomia das mulheres, enxergando-as tão somente como seres vitimizados que precisam ser tutelados ou, ao contrário, estaria com isso determinando que o Estado tem o dever de atuar, mesmo que o crime seja considerado de natureza leve?

No quarto capítulo, busco relacionar o direito às teorias de gênero propondo uma reflexão sobre sua desneutralização. Com o aporte teórico de Anthony Giddens (1991), Pierre Bourdieu (2004), Boaventura de Sousa Santos (1974, 1988, 2000, 2002), Joan Scott (1994, 1995), Linda Nicholson (2000), Nancy Fraser (2002, 2008), Judith Butler (2003), Axel Honneth (2003), Kimberlé Crenshaw (2002, 2010), Helena Hirata (2014), Danielle Kergoat (2010), Martha Chamallas (2003), entre outros, procuro construir o argumento de

que o direito e suas instituições são espaços herméticos, de especialistas, de difícil acesso, permeado por personagens que, descolados de suas condições sociais, em virtude da tradição dogmática jurídica, são chamados a atuar em um campo até então tido como de domínio privado. Aponto a necessidade de uma mudança da lente de como se enxerga o tema, a partir de uma perspectiva de gênero em diálogo com questões de raça, etnia, classe social, entre outros marcadores sociais, como proposto pelas teorias da interseccionalidade e da consubstancialidade. Ao final, apresento uma foto panorâmica sobre teorias jurídicas feministas que dialogam com as questões aqui apresentadas.

No quinto capítulo, apresento as discussões sobre violência psicológica e sua interface com o direito. De que forma a Lei Maria da Penha definiu este tipo de violência e que respostas o Poder Judiciário encontra para lidar com as demandas jurídicas das mulheres capituladas como ameaça. Realizo uma breve reflexão sobre feminicídio e sua relação com o fenômeno da violência psicológica contra as mulheres em contexto de relações íntimas de afeto. Relaciono a dicotomia entre público e privado como matriz de constituição do processo penal, bem como busco refletir sobre o lugar da vítima neste contexto em que a mulher é a própria testemunha do processo, trazendo as reflexões de minhas interlocutoras sobre o tema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, chegamos às considerações finais. Neste momento o corpo já está cansado, afinal, o ofício das palavras tem sua parcela de esgotamento e os momentos finais de ler o que se produziu também têm sua cota de estranhamento. O texto está aí, parece ter vida própria e lê-lo traz um quase mal-estar, semelhante àqueles momentos em que ouvimos nossa voz numa gravação ou vemos nossa imagem em movimento projetada numa tela.

Além disso, estando no final da trajetória, é inevitável a sensação de se encontrar na fronteira entre o vivido, a experiência da pesquisa e um tempo presente que a finaliza. Vive-se uma confusão de sensações e sentimentos que inclui alívio e despedida, alegria e aperto no coração. É imaginar-se, num futuro próximo, estar com a mente descolonizada da pesquisa e da produção do texto. Pesquisa que tanto mobiliza. Retomando as perguntas feitas ao longo de todo este trabalho, concluo que novas perguntas aparecem, num incessante caminhar que alimenta a curiosidade. Curiosidade investigativa que parece ter algo perdido na infância, na qual o mundo, vasto mundo, é um imenso lugar a ser descoberto e nomeado. Talvez façamos pesquisa para responder às nossas perguntas de modo que nossas respostas nos levem a novas questões. Fazer o exercício da chamada pesquisa empírica em direito, termo que me parece preso à ideia de que há uma matriz de pesquisa jurídica em que isso não é feito, é um exercício de alteridade, no qual o papel da orientação é fundamental. Exercício de alteridade é também passear por outras áreas do conhecimento, áreas nas quais não se tem formação e que desafia o modo compartimentalizado como o direito, enquanto campo do saber, está organizado.

Neste sentido, movida por um sentimento de curiosidade e por uma esperança crítica de vislumbrar uma sociedade em que as mulheres estejam livres e seguras, empreendi essa jornada. Partindo do argumento de que a violência contra as mulheres é fruto da desigualdade das relações de gênero, fui buscar explicações que me permitissem refletir sobre o porquê, tendo essa desigualdade mais como ponto de chegada do que como ponto de partida. Da polissemia do conceito de violência em geral cheguei à polissemia do conceito de violência psicológica presente na Lei Maria da Penha e de que forma o crime de ameaça, hoje sua capitulação jurídica mais recorrente, é compreendido pelas mulheres, por profissionais da Psicologia e dos serviços de assistência jurídica e pelo sistema justiça.

A polissemia, apesar de tornar a violência um termo aberto, no nosso tempo presente tem como parâmetro a ideia de violação de direitos humanos, que precisa ser

investigada, pensada e significada a partir, especialmente, da experiência das mulheres. Da experiência das mulheres capazes de encontrar os mecanismos de resistência inseridos nessas relações desiguais de gênero e dessa resistência fazer emergir formas de liberdade. Mecanismos de resistência que devem ser entendidos como processos vividos, experienciados, construídos no cotidiano da vida no qual os saberes psi e jurídico desempenham papel importante. Falar de si, viver processos de nomeação da violência sofrida e converter essa experiência para o discurso dos direitos humanos. Discurso de direitos que faz pensar sobre o lugar das mulheres de forma contextualizada, expandindo a ideia de violência em sua dimensão individual e colocando-a na perspectiva das relações de poder. Nesse sentido, o conhecimento sobre os direitos amplia a visão de mundo e contribui para nos colocar criticamente no tempo presente.

Assim, a Lei Maria da Penha, a “lei que protege as mulheres”, tem essa perspectiva simbólica e pedagógica de ampliar o conhecimento sobre os direitos, podendo funcionar como um instrumento de reivindicação de políticas públicas que garantam às mulheres o direito a uma vida livre de violência, ampliando a perspectiva do fenômeno, que não está adstrito à esfera penal, mas que deve ser compreendido como um sistema de garantia de direitos. Conhecimento sobre direitos que é confrontado pela realidade da rede de atendimento e enfrentamento, pela desarticulação das políticas públicas existentes, pelo retrocesso na garantia de direitos.

Se, por um lado, a lei como um sistema de garantias é uma conquista, por outro, ela traz os desafios de sua implementação pelo sistema de justiça ao encontrar práticas jurídicas presas ao dogmatismo e a critérios supostamente objetivos e neutros que ocultam uma matriz heteronormativa e antropocêntrica, pautadas numa ideia de racionalidade na qual não há espaço para um olhar que também seja pautado pela afetividade e pela ética do cuidado.

No entanto, assim como as mulheres encontram suas formas de resistência, podemos perceber estratégias dentro das instituições para conferir à Lei Maria da Penha uma interpretação que seja protetiva dos direitos humanos das mulheres e que seja capaz de refletir sobre suas práticas. Na perspectiva da compreensão do acesso à justiça das mulheres em situação de ameaça como uma anormalidade, a pesquisa mostra que a demanda das mulheres em situação de ameaça desorganiza a gramática da justiça normal e confronta os marcos sobre os quais essa justiça opera. Ao desorganizar a ordem das coisas, pode mobilizar profissionais e instituições, se dispostos a praticar uma justiça reflexiva e sua caridade hermenêutica, ao compreender a importância da voz das mulheres nesse processo, um dos aspectos centrais das lutas emancipatórias feministas.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Amy. Emancipação sem utopia: Sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 103, p. 115-132, nov. 2015.
- ALVAREZ, Marco Cesar et al. A vítima no processo penal brasileiro: um novo protagonismo no cenário contemporâneo? *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 86, p. 247-288, set./out. 2010.
- ARDAILLON, Danielle. *A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW): Alicerce da Cidadania das Mulheres*. Texto produzido para o II Colóquio Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, 2002. Disponível em: <www.conectas.org>. Acesso em: 1 maio 2005.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Sesc-SP, 2013. p. 63-78.
- _____. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 401-438, ago. 2009.
- _____. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014.
- _____; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, ago. 2015.
- BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen de Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 13-37.
- _____. *Os Direitos Humanos na Perspectiva de Gênero*. Texto produzido para o I Colóquio Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, 2001. Disponível em: <www.conectas.org>. Acesso em: 1 maio 2005.
- BAXI, Upendra. Politics of reading human rights: Inclusion and exclusion within the production of Human Rights. In: MECKLED-GARCIA, Saladin; ÇALI, Basak (Org.). *The Legalization of Human Rights: Multidisciplinary Perspectives on Human Rights and Human Rights Law*. New York: Routledge, 2006. p. 182-200.
- BELLOQUE, Juliana Garcia. Da Assistência Judiciária – artigos 27 e 28. In: CAMPOS, Carmen de Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 337-346.

BITTAR, Eduardo C. B. Razão e afeto, justiça e direitos humanos: dois paralelos cruzados para a mudança paradigmática. Reflexões frankfurtianas e a revolução pelo afeto. In: _____ (Coord.). *Educação e Metodologia para os Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008. p. 57-91.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, dez. 2003.

BOURDIEU, Pierre. A Força do Direito. In: _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 209-254.

_____. Compreender. In: _____ (Org.). *A Miséria do Mundo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 693-732.

BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; LAGO, Mara Coelho de Souza; RIFIOTIS, Theophilos. Estudo dos modos de produção de justiça da Lei Maria da Penha em Santa Catarina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 601-617, ago. 2015.

BRANDÃO, Elaine Reis. Renunciante de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 207-231, 2006.

BRASIL. *Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006*: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 6 jun. 2015.

_____. *Lei n.º 13.104, de 9 de março de 2015*: Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *ADC n.º 19, Ação Declaratória de Constitucionalidade, de 19 de dezembro de 2007*. Requerente: Presidente da República. Relator: Ministro Marco Aurélio Mello. Brasília, DF, 12 maio 2014a. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=19&classe=ADC&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. *ADI n.º 4.424, Ação Direta de Inconstitucionalidade, de 4 de junho de 2010*. Requerente: Procurador Geral da República. Relator: Ministro Marco Aurélio Mello. Brasília, DF, 15 ago. 2014b. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=4424&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BUORO, Andrea B.; SCHILLING, Flávia; SINGER, Helena; SOARES, Marina Albuquerque Macedo. *Violência urbana: dilemas e desafios*. São Paulo: Atual, 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-170.

_____. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen de Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 39-64.

CAMPOS, Carmen Hein de. A CPMI da Violência contra a Mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 519-531, ago. 2015.

_____. Razão e Sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha. In: _____ (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 1-12.

_____; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen de Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 143-169.

CARNEIRO, Alessandra Acosta; FRAGA, Cristina Kologeski. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 369-397, jun. 2012.

CARVALHO, Salo. *Antimanual de Criminologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CEPIA. *Violência contra a Mulher e Acesso à Justiça: estudo comparativo sobre aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais*. Coordenação de Wânia Pasinato. Rio de Janeiro, 2013.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha*. Brasília, DF: IPEA, mar. 2015. (Texto para Discussão, 2048). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24606>. Acesso em: 6 jun. 2015.

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins; MARTINS, Ana Paula Antunes. *A institucionalização de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil* (versão preliminar). Brasília, DF: IPEA, mar. 2015. (Nota Técnica, 13). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150302_nt_diest_13.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2015.

CHAMALLAS, Martha. *Introduction to feminist legal theory*. 2. ed. New York, United States: Aspen Publishers, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Ética, Política e Violência. In: CAMACHO, Timotheo (Org.). *Ensaaios sobre Violência*. Vitória: Edufes, 2003. p. 39-59.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha*. Brasília, DF, 2013. Disponível em:
<http://www.cnj.jus.br/images/programas/lei-maria-da-penha/cartilha_maria_da_penha.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.

CORTEZ, Mirian Béccheri. “*Sem açúcar, com afeto*”: estudo crítico de denúncias de violência contra as mulheres e paradoxos da judicialização. 2012. 269 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

_____; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 171-180, jun. 2008.

CORTIZO, María del Carmen; GOYENECHE, Priscila Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 102-109, jan./jun. 2010.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do Gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51205>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Beyond Entrenchment: race, gender and the new frontiers of (un) equal protection. In: TSUJIMURA, Miyoko. *International perspectives on Gender Equality & Social Diversity*. Sendai: Tohoku Press, 2010. p. 87-98.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, v. 1, p. 171-188, 2002.

DA MATTA, Roberto. O Ofício do Etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica*. Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DANTAS, Benedito Medrado; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. especial, p. 78-86, 2008.

_____; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, fev. 2008.

_____; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 305-337, dez. 2007.

DEEKE, Leila Platt et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 248-258, jun. 2009.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 17, p. 99-119, maio/ago. 2015.

_____. Teorias do Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 173-179.

DUTRA, Maria de Lourdes et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1.293-1.304, maio 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004.

FERNANDES, Fernanda Castro. *Quando o Direito encontra a Rua: O curso de formação de Promotoras Legais Populares*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2009.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. Técnica, Dominação e Decisão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, maio/ago. 2012.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007.

_____. Autorretrato Maurice Florence. In: _____. *Ditos e escritos*, v. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 234-239. Disponível em: <<https://inecpcb.files.wordpress.com/2013/05/autorretrato-maurice-florence.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

_____. *O Governo dos Vivos: curso no College de France (1979-1980)*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. O que é a crítica? *Cadernos da FFC*, Marília, v. 9, n. 1, p. 169-189, 2000.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFYS, Hubert. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. São Paulo: Forense Universitária, 1995. p. 231-243.

FRANCO, Ivan de et al. *Acesso à Informação no Tribunal de Justiça de São Paulo*. São Paulo: Associação Internetlab de Pesquisa em Direito e Tecnologia, 2015.

FRASER, Nancy. *Escalas de la Justicia*. Barcelona: Herder Editorial, 2008.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

_____. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UMBEHAUM, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2002. p. 59-78.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GILLIGAN, Carol. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

GOMES, Nadielene Pereira et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 504-508, dez. 2007.

GRAU, Eros Roberto. *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozeli (Org.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GUEDES, Rebeca Nunes; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 45, número especial 2, p. 1.731-1.735, dez. 2011.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a Mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256- 266, ago. 2015.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília, DF: Capes, 1999. p. 183-222.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HONNETH, Axel. *A Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

hook, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Pesquisa Percepção da sociedade sobre violência e assassinato de mulheres (2013)*: Pesquisa inédita revela forte preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres por parceiros ou ex. Portal

Compromisso e Atitude, 5 ago. 2013. Disponível em:
<<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/para-70-da-populacao-a-mulher-sofre-mais-violencia-dentro-de-casa-do-que-em-espacos-publicos-no-brasil/>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

JONG, Lin Chau; SADALA, Maria Lúcia Araújo; TANAKA, Ana Cristina D'Andretta. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 744-751, dez. 2008.

KAMIMURA, Akemi; SCHILLING, Flávia. Direitos Humanos e Vítimas de Violência: Experiências e Dilemas do Atendimento. *Perspectivas*, São Paulo, v. 36, p. 41-71, jul./dez. 2009.

KAPUR, Ratna. Revisioning the Role of Law in Women's Human Rights Struggles. In: MECKLED-GARCIA, Saladin; ÇALI, Basak (Org.). *The Legalization of Human Rights: Multidisciplinary Perspectives on Human Rights and Human Rights Law*. New York: Routledge, 2006. p. 101-116.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activistas sin fronteras, redes de defensa en política internacional*. Mexico: Siglo Veintiuno, 2000.

KERGOAT, Danielle. Dinâmica e Consubstancialidade das Relações Sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

KISS, Ligia Bittencourt; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 11, n. 23, p. 485-501, dez. 2007.

KOERNER, Andrei. Judiciário, Controle Social e Acesso à Justiça. In: OLIVEIRA, Isaura de Mello Castanho, PAVEZ, Graziela Acquaviva; SCHILLING, Flávia (Org.). *Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais*. São Paulo: EDUCC/Imprensa Oficial, 2002. p. 81-138.

_____. O papel dos Direitos Humanos na Política Democrática: uma análise preliminar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 143-181, out. 2003.

LARRAURI, Elena. *Criminologia crítica y violencia de género*. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 27-43, jan./jun. 2004.

LAVIGNE, Rosana M. Reis. Caso FONAJE: o ativismo de juízes integrantes do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE no processo de elaboração da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen de Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 65-92.

MACHADO, Isadora Vier. *Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica na Lei Maria da Penha*. 2013. 282 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

_____. Gênero, um novo paradigma. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 107-125, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51205>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (Coord.). *A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015.

_____ et al. Disputando a aplicação das leis: a constitucionalidade da Lei Maria da Penha nos tribunais brasileiros. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 65-89, jun. 2012.

MADRIZ, Esther. *A las niñas buenas no les pasa nada malo*. Mexico: Siglo Vientiuno, 2001.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, abr. 2011.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 17-33, 2014.

MONTOYA RUIZ, Ana Milena, “Seguridad humana para las mujeres en las ciudades: reflexiones para políticas públicas urbanas con enfoque de género”. *Revista Estudios Socio-Jurídicos*, Bogotá, Colombia, v. 15, n. 1, p. 115-137, 2013.

MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, ago. 2012.

MORAES, Maria Lígia Quartim de. Usos e Limites da Categoria Gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 99-105, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51205>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

NOBRE, Marcos. Introdução. HONNETH, Axel. *A Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 7-19.

NOBRE, Maria Teresa; BARREIRA, César. Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 138-163, dez. 2008.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio/ago. 2008.

OLIVEIRA, Isaura de Mello Castanho; PAVEZ, Graziela Acquaviva; SCHILLING, Flávia (Org.). *Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais*. São Paulo: EDUCC/Imprensa Oficial, 2002.

O'MALLEY, Pat. *Riesgo, neoliberalismo y justicia penal*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2006.

OROZCO, Yury Puello (Org.). *Religiões em diálogo: violência contra as mulheres*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

PARENTE, Eriza de Oliveira; NASCIMENTO, Rosana Oliveira do; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 445-465, maio/ago. 2009.

PASINATO, Wânia. Avanços e obstáculos na implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen de Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011a. p. 119-142.

_____. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 219-246, jul./dez. 2011b.

_____. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário nos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, maio/ago. 2015.

_____. *Violência contra a mulher no Brasil: acesso à informação e políticas públicas*. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2014. Disponível em: <<http://artigo19.org/wp-content/uploads/2015/03/Relat%C3%B3rio-Viol%C3%Aancia-contra-a-Mulher.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Sílvia. A Lei Maria da Penha na Perspectiva da Responsabilidade Internacional do Brasil. In: CAMPOS, Carmen de Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 101-118.

POUGY, Lília Guimarães. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 76-85, jun. 2010.

PRADO, Lúcia Reis de Almeida. *O juiz e a emoção: aspectos da lógica judicial*. 4. ed. Campinas: Millennium, 2008.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; MOURA, Anna Tereza Miranda Soares de. Considerações éticas sobre pesquisas com mulheres em situação de violência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 66, n. 2, p. 287-290, mar./abr. 2013.

RIBEIRO, Renato Janine. Justiça e Lei. In: OLIVEIRA, Isaura de Mello Castanho; PAVEZ, Graziela Acquaviva; SCHILLING, Flávia (Org.). *Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais*. São Paulo: EDUC/Imprensa Oficial, 2002. p. 25-80.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 225-236, dez. 2008.

RIOT-SARCEY, Michéle. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle et al. *O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: Ed. UnB, 2014. p. 553-567.

ROSA, Antonio Gomes da et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 152-160, set. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SAGOT, Montserrat. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres Enfrentando a Violência*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 23-50.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MOREÍ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 227-235, ago. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada*. [Texto preparado pelo autor com base em sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de Yale em 1973 sob o título Law against Law: Legal Reasoning in Pasargada Law]. México: Cuernavaca, 1974. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_pasargada_passar.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2006.

_____. *O Discurso e o Poder: Ensaio sobre a Sociologia da Retórica Jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988.

_____. Sociologia dos Tribunais e a Democratização da Justiça. In: _____. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 161-186.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. Os tribunais nas sociedades contemporâneas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 11, n. 30, fev. 1996.

SANTOS, Cecília MacDowell. Transnational Legal Activism and the State: Reflections on Cases against Brazil in the Inter-American Commission on Human Rights. *Sur – International Journal on Human Rights*, São Paulo, v. 7, p. 29-59, 2007.

_____. DUARTE, Madalena. Fazer ondas nos mares da Justiça: dos direitos humanos das mulheres aos direitos humanos das ONG. In: SANTOS, C. M. (Org.). *A Mobilização Transnacional do Direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2012. p. 265-294.

SCHILLING, Flávia. *Estudos sobre resistência*. 1991. 253 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. *Falando sobre a ética e os direitos humanos em tempos de epidemias*. Trabalho apresentado no 4º Colóquio do LEPSI IP/FE-USP, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032002000400027&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____ et al. *Violência urbana, dilemas e desafios*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2010.

SCHRAIBER, Lilia Blima. Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos da Grande São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 359-67, 2007.

_____ et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 41-54, 2003.

_____; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. *Caderno de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, suppl. 2, p. 205-216, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos PAGU*, Campinas, n. 3, p. 63-84, 1994.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia*. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

_____. Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos humanos. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

_____. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Puebla: Pez en el Árbol, 2014.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, abr. 2007.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER, Giselle. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 323-334, ago. 2014.

SINGER, Helena. *Discursos desconcertados: linchamentos, punição e direitos humanos*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

SKINNER, Tina; HESTER, Marianne; MALOS, Ellen (Ed.). *Researching gender violence: feminist methodology in action*. Portland: Willan Publishing, 2005.

SOUZA, Bruna Mantese de. *Mulheres de fibra: narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras de um serviço de atenção à vítimas de violência na periferia de São Paulo*. 2015. 239 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SOUZA, Lídio de; CORTEZ, Mirian Beccheri. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 621-639, jun. 2014.

TAVARES, Márcia Santana. Roda de Conversa entre mulheres: denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 547-559, ago. 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violência de Gênero. In: LEOPOLDI, Deise; TELES, Maria Amélia de Almeida; GONZAGA, Terezinha de Oliveira. *Do silêncio ao grito contra a impunidade: caso Márcia Leopoldi*. São Paulo: União de Mulheres de São Paulo, 2007. p. 143-187.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VERUCCI, Florisa. *O direito da mulher em mutação: os desafios da igualdade*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

VIEIRA, Letícia Becker et al. Intencionalidades de mulheres que decidem denunciar situações de violência. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 423-429, 2012.

WACKS, Raymond. *Philosophy of Law: a very short introduction*. Oxford: University Press, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Homicídios e Juventude no Brasil: Mapa da Violência 2013*. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: 3 maio 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. El discurso feminista y el poder punitivo. In: BIRGIN, Haydée. *El género del derecho penal: las trampas del poder punitivo*. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 19-38.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). *Itinerários de pesquisa*. Perspectivas qualitativas em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.